

Condições mais aceitáveis na negociação com o FMI

Desde a decretação da moratória brasileira, em fevereiro do ano passado, pudemos assinalar em alguns comentários o que nos pareceu ser uma tendência à flexibilização do Fundo Monetário Internacional (FMI), que passou a concordar com programas de ajustamento bem menos austeros do que os exigidos quando da irrupção da crise da dívida, no início desta década. O México e a Argentina, para citar apenas os casos que tiveram maior destaque na imprensa brasileira, obtiveram condições bem menos severas no ano passado, o que foi interpretado como uma tentativa dos credores de isolar o Brasil, fazendo acordos rápidos com outros grandes devedores para impedir que o exemplo (mau, para eles) da moratória fosse imitado. Certamente, o Brasil terá contribuído de alguma maneira para essa mudança de postura do FMI e dos governos de países credores, mas, acima de tudo, a nosso ver, o que sensibilizou as lideranças da comunidade financeira internacional foi a constatação de que em todos os países que adotaram o re-

ceituário ortodoxo de ajustamento o resultado foi a recessão econômica e, por conseguinte, o surgimento de ainda maiores dificuldades para se honrar o serviço da dívida.

Suspensa a moratória, o governo brasileiro agora se dispõe a um acordo formal com o FMI e até já acertou, segundo o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, a agenda da negociação, com o organismo, de um programa econômico de doze a dezoto meses de duração. Com esse acordo, o País receberia ainda neste ano novos recursos do FMI no valor de cerca de US\$ 750 milhões, o que corresponde a mais da metade dos pagamentos devidos ao organismo no mesmo período, que totalizam US\$ 1,2 bilhão.

A notícia mais positiva dada pelo ministro da Fazenda, entretanto, é a que se refere às conversações que manteve em Washington com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, cuja eleição para o cargo, por sinal, contou com o apoio do Brasil. Segundo o ministro, Camdessus deixou claro

que não está pretendendo um "programa heróico de redução do déficit fiscal brasileiro", mas sim "uma tendência firme de redução do déficit, para que ele seja, em 1988, menor do que era em 1987, e em 1989, menor do que será em 1988". Trata-se, sem dúvida, de um significativo avanço na postura do FMI, do nosso ponto de vista de devedores, e que contribui para afastar os temores de uma nova recessão no País.

A redução gradual do déficit público, até sua completa eliminação dentro de alguns anos, não deve ser buscada, porém, apenas como um compromisso assumido com os credores externos, como dissemos no comentário anterior. A austeridade administrativa é um requisito de todos os governos, qualquer que seja a situação cambial do país. Por isso, vimos defendendo insistentemente o corte de todos os gastos supérfluos no aparelho estatal, a postergação de investimentos pouco produtivos e a redução do pessoal ocioso nos quadros da burocracia. Somente com uma drástica conten-

ção — heróica, por que não? — de despesas é que o governo se redimirá perante a opinião pública, que se lembra muito bem da primeira reunião ministerial, em que se leu a frase-testamento de Tancredo Neves, "é proibido gastar", mas que se frustrou com sucessivos pacotes fiscais que tiveram por único fim aumentar a receita.

Admitindo-se que um corte abrupto nos gastos governamentais agrave a atual retração econômica — embora se possa argumentar que o efeito seria mínimo se o corte incidisse sobre as despesas de custeio —, pode-se concordar com uma redução gradual, mas não com que nem isso seja tentado. A inflação atual, que técnicos do Banco Central temem estar fugindo do controle do governo, está sendo pressionada, segundo esses mesmos técnicos, pela grande emissão de moeda havida no último trimestre do ano passado, para financiar o déficit. Medidas corajosas, portanto, têm de ser tomadas, e logo, para que haja alguma perspectiva de estabilização.